

Antonio Aritan de Oliveira Ventura¹
Maíra da Rocha Melo Souza²

¹ Coordenador do projeto. Técnico administrativo, chefe do Apoio Didático - DEIN-FO - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). aritanventura7@yahoo.com.br

RESUMO

Universidade Cidadã: Descobrimos Campeões - UCDC foi um projeto de extensão universitária criado em 2009, com o objetivo de desenvolver a consciência cidadã e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes com dificuldade de relacionamento e vulnerabilidade social. Foram atendidos 60 crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos, selecionados a partir dos critérios pré-estabelecidos juntos aos líderes comunitários e diretores de escolas públicas das comunidades de Sítio dos Pintos, Sítio São Braz e Córrego da Fortuna, localizadas nas imediações da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. Esse projeto procurou estabelecer, durante seis meses, uma relação entre o poder público e a sociedade civil promovendo a inclusão social, cidadania e conseqüentemente a diminuição das desigualdades sociais por meio de esportes como o Taekwon-do, a ginástica, palestras, passeios e aulas de artesanato promovendo dessa forma o bem estar da comunidade local através de ações afirmativas que minimizassem ou solucionassem os diversos estágios de miséria e vulnerabilidade social que alguns grupos enfrentavam.

Palavras-chave: Extensão universitária; Vulnerabilidade social; Inclusão social.

² Professora da Universidade de Pernambuco, Escola Superior de Educação Física (ESEF-UEPE). Professora da Faculdade dos Guararapes (FG). mdarochamelo@yahoo.com.br

Citizenly university: discovering champions

ABSTRACT

Citizenly University: Discovering Champions - CDCU was a university extension project created in 2009, aiming to develop citizen awareness and improving the quality of life of children and adolescents with relationship difficulties and social vulnerability. There were treated 60 children and adolescents aged 9 to 17 years, selected from the pre-established criteria decided with community leaders and public school principals of the communities Site Pintos, Sitio Sao Braz and Stream Fortuna, located in the vicinity of Federal Rural University of Pernambuco-UFRPE. This project sought to establish, for six months, a relationship between the government and civil society to promote social inclusion, citizenship and consequently the reduction of social inequalities through sports such as Taekwon-do, gymnastics, lectures, tours and classes crafts thereby promoting the welfare of the local community through affirmative action that minimized or solved the various stages of poverty and social vulnerability that some groups faced.

Keywords: University extension; Social vulnerability; Social inclusion.

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado e capitalista em que vivemos hoje, um dos fatores marcantes desse contexto político é a desigualdade social enfrentada e sentida mais incisivamente pelas classes sociais menos favorecidas.

Trazendo para o contexto nacional, Mercadante (2003) afirma que o Brasil é um país profundamente desigual e estruturalmente injusto, sendo considerado um dos países mais desiguais do planeta, onde esta desigualdade tem sido uma característica permanente da sua estrutura econômica e social. Na verdade, isso ocorre desde a colonização, onde o planejamento não era voltado para os interesses de melhoria das condições de vida dos habitantes, pois de acordo com Prado Júnior (2004) naquele momento ninguém tinha a ideia de povoar, era o comércio que interessava, daí o desprezo pelo território primitivo e vazio.

Para Pochmann (2003),

O Brasil tem sido cada vez mais identificado como um país de referência internacional no campo da desigualdade, marcada por enorme contradição nacional. Apesar de encontrar-se entre as 10 maiores economias mundiais, permanece entre as quatro nações com pior distribuição de renda. Situa-se entre os seis países com maior exportação de alimentos, mas mantém uma parcela significativa de sua população passando fome, utilizando cerca de 1/3 do total de terras agricultáveis.

Diante dessas constatações, percebe-se que é responsabilidade do poder público promover políticas e ações que promovam efetivamente uma mudança no quadro social diminuindo a vulnerabilidade desses grupos, que muitas vezes é promovida pela negligência do próprio poder público; ou seja, a vulnerabilidade pode existir, também, pela ausência do Estado em garantir os direitos fundamentais e sociais do cidadão como está garantido na Constituição Federal em seus artigos 5º. e 6º.:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a Propriedade [...]
[...] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
(BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Nessa perspectiva, se faz imperativo que programas e projetos de extensão das universidades públicas brasileiras tenham um foco cada vez maior em políticas públicas e nas ações que trabalhem a inclusão e a transformação social de grupos em vulnerabilidade. Colaborando com essa visão, a Política Nacional de Extensão Universitária afirma em suas diretrizes

[...] a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (PNEU, 2012).

Por outro lado, o que não se pode permitir é que as ações extensionistas se utilizem de grupos em vulnerabilidade social apenas para explorar didaticamente os alunos universitários – com a finalidade de desenvolver teses e dissertações servindo como base de dados estatísticos para seus anais e promoção (ascensão) pessoal de uma minoria. Faz-se necessário compreender que toda ação de extensão, que vise atingir projetos sociais e grupos vulneráveis, tem por dever moral contribuir efetivamente com a mudança do quadro social apresentado, pois dessa maneira o caráter social das extensões universitárias estará cumprindo seu papel e plantando raízes profundas de cidadania na sociedade:

[...] Qual o papel do extensionistas nestas comunidades: está levando o aluno para olhar a pobreza para que, sensibilizado, construa-se um cidadão? Mas até que ponto estamos transformando a pobreza em objeto, descolando dela os sujeitos ali implicados em seu processo diário de luta pela sobrevivência? Não basta levar o aluno por um tempo a olhar a pobreza, há que se ter ações continuadas, de caráter efetivo, que realmente cumpram com o papel da Universidade perante a sociedade e perante seu aluno (OLIVEIRA, 2004).

Não se trata de querer transformar as extensões universitárias em muletas governamentais no que se refere a políticas públicas de assistencialismo social, pois se assim o fosse estaríamos colocando as universidades públicas brasileiras em iminente perigo de sucumbirem ao assistencialismo, ao clientelismo, à benevolência e às concessões, passando a ser alvo de políticos e ONGs oportunistas, como cita Cardoso (2004):

Assistencialismo é um estilo, é um modo de fazer, que tem como consequência criar uma relação de submissão e não oferecer os instrumentos para superação das carências que estão sendo minoradas. Quando associadas ao clientelismo, as formas de assistência se transformam em instrumentos de poder. É bom lembrar que, se os governos podem ser os espaços privilegiados para o clientelismo, não são os únicos, pois é possível encontrar estes mesmos usos em entidades privadas.

No que se refere à família, esta é compreendida como a primeira unidade social da qual o indivíduo faz parte, e que o homem começa a sua socialização através da família, por esse motivo faz-se necessário ponderarmos o papel dessa unidade social enquanto promotora de educação, proteção e dignidade. Passamos a analisar o seu comportamento frente a esse projeto social a partir de situações vivenciadas durante as atividades propostas; constatamos uma ausência marcante do acompanhamento familiar durante todo projeto, torna-se pertinente analisar esse contexto, pois um dos fatores que atenuam a vulnerabilidade é a ausência de uma unidade familiar.

É como se as famílias ligadas a esses grupos sociais transferissem o dever de educação para o Estado e os projetos sociais, quando ao analisarmos a constituição do Brasil esclarece que cabe à unidade familiar o dever de amparar e educar, e ao Estado restando o dever de proteger e promover recursos suficientes a essa base primária da sociedade:

Artigo 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. [...]

Mas como repassar esse entendimento do direito quando a família é carente de conhecimentos e cultura cidadã? Será que o Estado e a sociedade não contribuem para o aprofundamento dessa segregação familiar a partir do momento que deixa de assegurar os direitos fundamentais a esses grupos?

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL. ECA, 1990).

Quando se fala em sociedade necessariamente relacionamos esse termo aos conceitos de cidadania, pois para que esta exista pressupõe-se uma vida em sociedade. A cidadania tem sua relação direta com grupos sociais vulneráveis em um contexto civil, político e social; ou seja, cidadania não coaduna com a ideia de individualidade e interesses pessoais frente aos problemas do Estado: saúde, educação, segurança, saneamento tudo isso diz respeito ao cidadão.

Nesse contexto, o projeto Universidade Cidadã: Descobrindo Campeões – UCDC teve o intuito de estabelecer uma relação que viesse contribuir com o desenvolvimento socioeducacional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social bem como criar um *link* entre a Universidade pública e as comunidades locais no intuito de promover cidadania, inclusão social e a diminuição das desigualdades através de ações afirmativas que minimizassem os diversos estágios de miséria enfrentados por alguns grupos sociais.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em um relato de experiência vivenciado pelo servidor técnico administrativo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, lotado no Departamento de Estatística e Informática, graduando em Educação Física pela Faculdade dos Guararapes-PE, coordenador e executor desse projeto no período de 14 de julho a 26 de novembro de 2009, com um total de 104 horas. A sistematização desse projeto teve como marco inicial reuniões realizadas junto aos líderes comunitários e diretores de algumas escolas da rede pública das comunidades de Sítio dos Pintos, Sítio São Braz e Córrego da Fortuna, todas adjacentes ao Campus da UFRPE. Esses encontros foram realizados com o objetivo de traçar o perfil das crianças que apresentavam maior vulnerabilidade social e dificuldade de relacionamento na escola e na comunidade onde residiam, pois esse era o critério principal de seleção para participação no projeto.

A partir disso foram selecionadas 200 crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos de ambos os sexos. Entretanto, apenas 60 participaram efetivamente de todas as ações do projeto durante os seis meses. Após a etapa de seleção dos participantes, o projeto se desenvolveu ao longo de seis meses com aulas de Taekwon-do (20 h/a), jogos educativos (20 h/a), futebol de campo e de salão (16 h/a), passeio ao espaço ciência na cidade de Olinda-PE (8 h/a), palestras (16 h/a), trabalhos educativos (16 h/a) e oficinas de artesanato (18 h/a).

Às crianças e aos adolescentes era permitida a participação em todas as atividades oferecidas, tanto nas habituais quanto nas pontuais. As atividades tinham em média 2 horas de duração por sessão, acontecendo nas terças e quintas, das 7 às 9 da manhã. É importante ressaltar que na realização das atividades se deu prioridade em trabalhar o fator coletividade, igualdade, respeito e inclusão entre os gêneros. Tal tomada de decisão se deu devido aos comportamentos discriminatórios entre meninos e meninas detectados no transcorrer do projeto.

No que se refere ao acompanhamento da família ao longo do desenvolvimento do projeto, foi avaliado – através da observação e das listas de presença – o período de acompanhamento dos filhos nas atividades e a frequência nas palestras que eram oferecidas para as famílias como um todo.

Ao final do projeto todos os alunos foram homenageados com uma pequena confraternização devido aos poucos recursos financeiros: todos receberam brindes e houve o sorteio de uma bicicleta doada por uma professora do Departamento de Estatística e Informática.

Os participantes que tiveram uma frequência de no mínimo 70% da carga horária total receberam um certificado de participação com reconhecimento do Coordenador de Educação Continuada-PRAE-UFRPE e do Pró-Reitor e Atividades de Extensão-UFRPE.

Quanto aos profissionais envolvidos, houve a participação direta e indireta de 10 (dez) servidores da UFRPE, dos quais 4 (quatro) professores e 1 (um) Técnico administrativo do Departamento de Estatística e Informática, 1 (um) Técnico Administrativo do setor de Segurança Patrimonial, 1 (um) Técnico Administrativo do Departamento de Educação, 1 (um) Técnico Administrativo da Pró-Reitoria de Atividades de Extensão, e 1 (um) Técnico Administrativo do Departamento de Matemática. Uma vez que para execução do projeto não houve ônus para a UFRPE, conseguiu-se um apoio financeiro da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE, para aquisição de fardamento, bolas, luvas de foco, cones, pratos de demarcação, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi identificado que durante a realização do projeto UCDC ocorreu uma ausência marcante do acompanhamento familiar como suporte social, tornando-se pertinente analisar esse contexto, pois um dos fatores que atenuam a vulnerabilidade é a ausência de uma unidade familiar. Dentre as definições do que vem a ser suporte social, Miller e Jeff-Darlington (2002 apud MOMBELLI et al., 2011), afirmam que

[...] o suporte social deve ser analisado de forma ampla a fim de que se considerem todas as relações significativas. O papel dos amigos e da comunidade deve ser considerado como importante provedor de suporte ao indivíduo, contudo a família assume um papel de destaque no adequado suporte oferecido.

Ao analisarmos a Carta Magna do Brasil, notamos que ela esclarece que cabe à unidade familiar “[...] o dever de amparar e educar, onde os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, [...] restando ao Estado o dever de proteger e promover recursos suficientes a essa base primária da sociedade” (BRASIL, Constituição Federal, art. 229, 1988).

Observamos que para haver uma mudança comportamental significativa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social se faz necessária a participação de todo núcleo familiar em programas e projetos dessa natureza, pois constatamos que o tempo ofertado aos menores torna-se insignificante em relação ao tempo que os mesmos passam com seus familiares. De acordo com Sarti (1995 apud PALUDO; KOLLER, 2008), a definição de família para os pobres não se vincula a um grupo genealógico ou ao parentesco, mas está associada àqueles em que podem confiar.

Essa análise é importante após recebermos relatos dos próprios participantes que por muitas vezes sofrem constantes abusos e violações físicas e psicológicas dos seus familiares dentro das suas casas, o fator família como núcleo formador do primeiro caráter da criança deve ser levado em consideração uma vez que é nessa unidade social onde começa a ser moldada a personalidade do indivíduo.

Durante o transcorrer do projeto UCDC foram realizadas várias atividades com o objetivo de promover, provocar e explorar o grau de conhecimento das crianças e adolescentes sobre o significado da palavra *cidadania* ou como eles a praticavam nas suas atividades diárias: escola, família, comunidade, etc.

Mesmo levando em consideração a pouca idade e a situação social dos menores, o resultado foi um grande abismo intelectual sobre esse tema, parecia uma palavra que acabara de ser criada pela norma culta. Aferiu-se dessa experiência alguns questionamentos:

- Como crianças e adolescentes que vivem em sociedade em pleno século XXI desconhecem um termo que faz parte do pilar de um Estado democrático de direito?
- Como passar a ideia de respeito, dignidade e justiça social?
- Será que a base cultural sobre esse tema foi trabalhada?³
- Qual é a parcela de responsabilidade do Estado nesse processo?
- Como equalizar as obrigações do Estado em promover educação, saúde e segurança pública em uma sociedade que apresenta demandas sociais cada vez mais crescentes?
- Qual deve ser o efetivo papel do núcleo familiar nesse processo?

³ Subentende-se, devido ao desconhecimento do tema, que as crianças não tiveram - antes de participarem do projeto - a oportunidade de vivenciarem uma didática sobre cidadania.

Diante disso, foi possível verificar que apesar de ter um tempo determinado para realização, o projeto conseguiu atender à questão extensionista. O mesmo identificou as demandas da comunidade e ofereceu atividades aos atores envolvidos, de forma que estes pudessem modificar os hábitos individuais bem como os das suas respectivas famílias.

Além disso, houve um trabalho diário de conscientização de todos os profissionais envolvidos, chamando a atenção para o fato de que trabalhos dessa natureza são extremamente importantes para as comunidades. Uma vez realizado de forma exitosa, o projeto de extensão pode servir de base para o desenvolvimento, a médio prazo, de um programa de extensão, que por natureza têm um caráter duradouro fazendo com que um maior número de indivíduos internos e externos à universidade sejam beneficiados na ótica acadêmica, científica e social através das várias possibilidades de projetos.

Vale ressaltar que é importante primar pela autonomia universitária, promovendo dessa forma uma maior visibilidade, procurando atender efetivamente as demandas e problemas sociais detectados nas comunidades no entorno da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições públicas de ensino superior com suas políticas públicas de extensão universitária devem promover ações de extensão que se caracterizem como ferramentas eficazes no contexto socioeconômico, cultural, educacional e de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento e a qualificação dos três segmentos institucionais: docentes, discentes e técnicos administrativos em prol da sociedade.

Nesse contexto, devem-se priorizar as práticas que atendam as necessidades sociais de maneira eficaz e contribuam efetivamente para solucionar e/ou minimizar as desigualdades locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

CARDOSO, R. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo v. 18, n. 2, p. 42-44, abr./jun. 2004.

MERCADANTE, J. Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. (Org.) **Pobreza e desigualdade no Brasil**. Brasília: Unesco, 2003.

MOMBELLI, M. A.; COSTA, J. B.; MARCON, S. S.; MOURA, C. B. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco de stress infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 327-335. jul./set. 2011.

OLIVEIRA, C. H. Qual é o papel da extensão universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. **Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, set. 2004.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 42-52. 2008.

POCHMANN, M. Nova política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**. Brasília: Unesco, 2003.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PNEU). **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira**. Porto Alegre, ago. 2012. 74p.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COMO CITAR ESTE RELATO:

VENTURA, Antonio Aritan de Oliveira; SOUZA, Maíra da Rocha Melo. Universidade cidadã: descobrindo campeões. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 33-40, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 7 maio 2013.

Aceito em: 3 jul. 2013.